



Infância longe do **inferno**

Em dezembro de 2022, o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão publicou diretrizes que reconhecem como possível abuso psicológico o uso de ameaças de punição divina para submeter crianças às demandas dos adultos. Dizer que irão para o inferno caso não obedeçam a exigências religiosas pode entrar nessa avaliação. Cada situação deve ser examinada considerando a realidade e a proteção da criança.

O debate ganhou força após o assassinato do ex-primeiro-ministro Shinzo Abe, em julho daquele ano, quando a Igreja da Unificação passou a ser alvo de intensa investigação pública. Vieram à tona denúncias sobre pressões financeiras e sofrimento vivido por famílias ligadas à organização.

São orientações para identificar abusos, elaboradas à luz da legislação de proteção infantil. Elas não proíbem a educação religiosa nem transformam uma conversa sobre céu e inferno em crime. A questão é o emprego da crença para produzir terror, impor práticas e impedir escolhas. Também merecem atenção o isolamento de amigos e as restrições à educação e aos cuidados médicos em nome da religião.

Uma criança pode encontrar na fé um lugar de acolhimento. Pode aprender a agradecer, sentir-se parte de uma comunidade, descobrir no cuidado com o outro uma experiência do sagrado. Mas o que acontece quando a voz de Deus passa a ter exatamente as mesmas exigências do adulto que quer ser obedecido?

Essa coincidência intrigante levantou grandes questões numa sociedade milenar, mas pouca repercussão está causando por aqui. O que me parece grave é que quem ameaça uma criança com a condenação eterna empresta ao próprio desejo uma autoridade contra a qual ela dificilmente consegue argumentar. Como contestar alguém que se apresenta como porta-voz do destino da sua alma? A criança fica sem ter a quem recorrer quando até o céu parece concordar com quem a amedronta.

Pesquisas sobre desenvolvimento infantil mostram que adversidades intensas e prolongadas, sem relações protetoras suficientes, podem manter os sistemas



de resposta ao estresse excessivamente ativados e prejudicar o desenvolvimento. Ameaças emocionais persistentes podem fazer parte desse ambiente. O corpo infantil não precisa resolver um debate teológico para sentir medo.

Fico pensando em quantas pessoas crescem e levam consigo aquele medo do bicho papão no quarto escuro. Já conseguem discutir doutrinas, mas ainda sentem culpa ao discordar. Pedem licença para desejar. Desconfiam da própria alegria. Às vezes, a autoridade que as assustou desaparece, enquanto a voz continua instalada por dentro.

Também penso nos adultos que repetem aquilo que ouviram, convencidos de que estão protegendo seus filhos... na melhor das intenções... o que nos leva a um trocadilho bastante sugestivo: "De boas intenções o inferno está cheio", literalmente, nesse caso.

Uma atitude mais responsável exige suportar uma pergunta da criança sem tratá-la como afronta e permitir que ela desenvolva consciência, inclusive para escolher um caminho diferente do nosso.

Nos tempos modernos, as velhas formas de controlar o ser humano estão mudando de figura. Me assusta muito pensar que alguns jovens já começaram a trocar a voz solene pela conversa íntima na tela. Será que assim o medo vai chegar com aparência de conselho, e a submissão com a sensação confortável de estar sendo compreendido?

Se o antigo inferno das escrituras já foi usado para exigir obediência, que formas inusitadas de paraíso e punição a inteligência artificial poderá inventar para governar nossos desejos? Muito o que refletir sobre o que nos aguarda...